

## A SEMANA PEDAGÓGICA E O PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DOCENTE: COMO FICA A EDUCAÇÃO ESPECIAL?

Almerinda Auxiliadora de Souza<sup>1</sup>  
Maria Elizabete Nascimento de Oliveira<sup>2</sup>  
Sonia Maria de Oliveira<sup>3</sup>

### RESUMO

Este trabalho tem por objetivo abordar reflexões sobre a Educação Especial na Educação Básica visando à inclusão prevista na Base Nacional Comum Curricular/BNCC. Buscamos subsídios nas reflexões e temáticas discutidas durante a Semana Pedagógica nas Escolas Estaduais e municipais do município de Rio Branco/MT. Ao considerar como um momento oportuno para a elaboração do planejamento inicial das ações pedagógicas a ser desenvolvido nas escolas, buscamos analisar como os profissionais da Educação Básica no Estado de Mato Grosso percebem o momento da Semana Pedagógica. Trata-se de um encontro formativo? Como as ações planejadas neste momento reverberam ou não na prática pedagógica? De que forma a Educação inclusiva está representada no planejamento inicial? A Educação inclusiva está ou não inserida no Orientativo para a Semana Pedagógica elaborado pela Superintendência de Desenvolvimento Profissional/SPDP, da Secretaria de Estado de Educação/Seduc/? Na busca de respostas para estes questionamentos, foi necessário analisar o Orientativo/2019, assim como alguns autores que abordam teoricamente a importância das temáticas apontadas. Observa-se, enquanto professoras formadoras do Centro de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica que a formação continuada é crucial para o aprimoramento dos conhecimentos sobre a docência e sobre alguns desdobramentos e complexidades que a envolve. Percebemos que a temática referente à Educação Especial não é pauta sugerida para a Semana Pedagógica, conforme solicitada e apresentada no Documento de Referência Curricular- DRC/MT. No entanto, evidenciamos pelas respostas e reflexões do corpo docente a necessidade das discussões pertinentes à Educação Especial.

**Palavras-chave:** Semana Pedagógica. Educação Especial. Inclusão. Formação. Docente.

### INTRODUÇÃO

O presente trabalho<sup>4</sup> visa abordar a importância e a real necessidade de se inserir discussões referente à Educação Especial na Educação Básica com vistas à inclusão, considerando a Base Nacional Comum Curricular ainda na semana pedagógica, momento em que os docentes elaboram o planejamento inicial que poderá ser o alicerce das ações docentes

<sup>1</sup> Professora Mestre do CEFAPRO/CÁCERES/MT do Componente Curricular de Geografia, [almesouza@hotmail.com](mailto:almesouza@hotmail.com)

<sup>2</sup> Professora Doutora do CEFAPRO/CÁCERES/MT do Componente Curricular de Língua Portuguesa [m.elizabte@gmail.com](mailto:m.elizabte@gmail.com)

<sup>3</sup> Professora Mestre do CEFAPRO/CÁCERES/MT pedagoga, [soninha\\_13@hotmail.com](mailto:soninha_13@hotmail.com)

<sup>4</sup> Pesquisa de ensino concluída

durante o ano letivo. Objetivamos apontar algumas contribuições à organização da Semana Pedagógica, enquanto uma das ações da formação continuada, levando em consideração as temáticas a serem discutidas, bem como os limites e possibilidades deste momento nas escolas que acompanhamos, enquanto profissionais de um Centro de Formação de Professores. Assim, tomamos como diretriz a formação realizadas nas escolas estaduais Deputado Francisco Rangel Torres, 22 de Maio e escola municipal Manoel Tavares no município de Rio Branco.

Ao elaborar este artigo procuramos saber, com base no acompanhamento, diagnóstico e observação, se os participantes da Semana Pedagógica concebem este momento como encontro formativo e que olhar direcionam aos alunos com necessidades educacionais especiais, bem como se a Educação inclusiva está inserida no Orientativo encaminhado pela Semana Pedagógica elaborados pela Superintendência de Desenvolvimento Profissional/SPDP, da Secretaria de Estado de Educação/SEDUC, no Estado de Mato Grosso/MT.

Para aprofundar nestas reflexões analisamos o Orientativo para a Semana Pedagógica do ano de 2019 e buscamos a contribuição de alguns autores que abordam teoricamente questões referentes ao Planejamento e a Educação Especial no contexto da inclusão, bem como as observações e avaliações realizadas na Semana Pedagógica, objetivando saber se as estratégias utilizadas na formação atendem as perspectivas dos participantes, a fim de que possam refletir sobre os pontos positivos e negativos de sua atuação docente, visando a melhoria de suas atividades, quer sejam em grupo, quer sejam individuais.

Ainda para o fortalecimento de nossos estudos buscamos avaliar criteriosamente em quais aspectos os conteúdos abordados, os recursos utilizados, a distribuição do tempo para as temáticas atendem as perspectivas formativas para o desempenho das funções do professor (a). Assim, tentamos compreender se a Semana Pedagógica ofertada pelo Centro de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica-CEFAPRO/ no município de Cáceres/MT orientada pela SPDP/Seduc/MT cumpre ou não com o objetivo proposto no Projeto Político Pedagógico-PPP das escolas atendidas, especialmente ao considerar a reelaboração deste documento para o ano de 2019, que rege a orientação de reformulação do documento supracitado que este necessariamente precisa ser construído de forma coletiva a partir do diálogo entre a comunidade escolar e o coletivo da instituição, bem como que o “Regimento, o Planejamento Colaborativo e o Plano de Aula devem estar articulados com o PPP da Unidade Escolar”, com isso expressa que a proposta pedagógica precisa deixar claro como a escola se organizará para implementar os novos currículos com vista à BNCC e o DRC/MT. Neste sentido, aponta que “os professores devem se apropriar e refletir sobre como utilizá-los em sala de aula”, uma vez que consideram que quando ocorre a revisão do PPP na escola, torna em si um processo formativo a

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

todos que dele participam, e passa a ser considerado como um “instrumento de apoio à formação docente na escola”, tendo em vista que pode ser articulado com as recorrentes reuniões pedagógicas, como também nos encontros formativos que venham atender as perspectivas e realidade escolar (INFORMATIVO/SPDP/SEDUC/MT, 2019, p.11).

Ressaltamos que a estrutura do texto do projeto político pedagógico é inserida no sistema eletrônico com acompanhamento do professor formador e de uma equipe de profissionais da SEDUC, para o ano de 2019 o orientativo de estudos vindo da SEDUC para a Semana Pedagógica enfatizou a importância do estudo, discussão, revisão e reelaboração do PPP, e dentre outras temáticas, desconsiderando a nosso ver o diagnóstico realizado pelos educadores sobre as reais necessidades formativas. Esclarecemos que não se trata de aversão ao momento formativo, mas de uma observação para além da semana pedagógica. Desta forma, buscamos contribuir destacando que embora esteja previsto no calendário escolar, as temáticas não podem ser apenas para este momento inicial, devem ser pensadas e reelaboradas durante todo o ano letivo, bem como, destacamos que não é quantidade de temas, mas a qualidade dos temas a serem abordados e discutidos que poderão ofertar sentidos aos objetivos que pretendem se alcançar na semana pedagógica com vistas ao preparo, ao planejamento para o processo ensino-aprendizagem.

### **A Semana Pedagógica como possibilidade de planejamento das ações docente**

A Semana Pedagógica nas escolas estaduais do Estado de Mato Grosso ocorre sempre no início de cada ano letivo. Para o ano de 2019, os estudos foram realizados no período de 04 a 08 de fevereiro, em consonância com o Calendário Escolar proposto pela SEDUC/MT (2018) e aprovado pelo Conselho Deliberativo da Escola-CDCE das unidades escolares.

O Informativo para a Semana Pedagógica para o ano de 2019 foi elaborado junto à Secretaria de Estado de Educação, Secretaria Adjunta de Gestão Educacional, Superintendência de Políticas da Educação Básica, Superintendência de Gestão Escolar, Superintendência de Políticas de Desenvolvimento Profissional e Superintendência de Diversidades Educacionais. O documento é composto de 09 páginas que orientam e sugerem que as ações para o preparo da Semana Pedagógica, como também as temáticas a serem desenvolvidas nas Unidades Estaduais, de acordo com as etapas de ensino entre elas enfatizam:

Realizar estudos sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, Base Nacional Comum Curricular e do Documento Curricular de Referência para Mato Grosso; A organização do estudo, por área de conhecimento, com foco no planejamento das atividades docentes; Estudos

sobre Avaliação para a aprendizagem, Índices de Rendimento escolar a partir das Avaliações de Larga Escala. Finalidade e Objetivos da Educação de Jovens e Adultos; Resolução Normativa nº 005/2011 e Nº 002/2015 – CEE/MT que regulamenta a modalidade EJA no Estado de Mato Grosso. (INFORMATIVO/SPDP/SEDUC/MT, 2019, p.11).

A partir das sugestões apontadas no Informativo a ser desenvolvidas na semana pedagógica, é possível inferir que são temáticas que demandam tempo para discussão no coletivo da escola e que não podem ser esgotadas em apenas uma semana, devendo, portanto ser estendidas ao longo dos estudos formativos. A semana pedagógica é um momento de grande relevância por proporcionar o encontro dos gestores, professores e outros profissionais da escola para planejar os 200 dias letivos. Além disso, conhecer a realidade em que o processo de ensino aprendizagem será desenvolvido. Assim, acreditamos que os estudos durante a Semana Pedagógica precisam ser vistos apenas como indicativos para contribuir com o desempenho pedagógico, visando orientar o diagnóstico e as estratégias de intervenção e aprimoramento da prática com base em uma avaliação das ações desenvolvidas.

Conforme Menegolla e Sant’Anna (2001) “a educação, a escola e o ensino são os grandes meios que o homem busca para poder realizar o seu projeto de vida” (MENEGOLLA & SANT’ANNA, 2001, p.11). Portanto, cabe à escola e aos professores o compromisso de preparar sua ação educativa para melhor efetivá-las em sua prática cotidiana. Na perspectiva de Fusari (2008, p. 47) “o preparo das aulas é uma das atividades mais importantes do trabalho do profissional de educação escolar”.

De acordo com Moretto (p. 100) “a questão por que planejar parece ter resposta óbvia: planeja-se porque “não há ventos favoráveis para quem não sabe onde navega”. Na prática, no entanto, a questão do “planejamento no contexto escolar não parece ter a importância que deveria ter”. As observações destes estudiosos nos levam a reflexão de que apenas, o educador pode efetivamente com estudos e análises de sua prática efetuar uma mudança significativa no âmbito educativo, pois como conhecedor da realidade em que atua e de posse de conhecimento gerado nos momentos coletivos e individuais pode reestruturar sua ação, de modo que dialogue com as necessidades e limitações de seus educandos, bem como produzir diálogos para potencializar as habilidades e competências individuais e coletivas da turma que atende, haja vista a diversidade sociocultural que adentra o espaço escolar. Neste sentido, ressaltamos a importância e valorização necessária à atividade docente para que este profissional sinta-se motivado a vivenciar com profundidade sua profissão.

No Documento de Referência Curricular de Mato Grosso o planejamento é descrito como um passo importante a ser refletido e ressignificado, destaca as contribuições de Celso Vasconcellos ao reforçar que é necessário entender o planejamento, visto que trata-se de um processo a longo prazo, e portanto, exige a constata reflexões e ações, não apenas no início do ano, neste caso na semana pedagógica, mas durante todo o ano, entretanto: “no início, decisões importantes podem ser tomadas; pode-se estabelecer rumos coletivamente; assumir compromissos; organizar o trabalho; ter visão de conjunto” (VASCONCELLOS apud DRC/MT, 2018).

Ressaltamos que ao considerar o exposto o trabalho educativo assume papel importante e necessário no cenário político e social. Significa dizer que o trabalho docente não pode ser visto como algo que pode ser desenvolvido por qualquer profissional, mas por um indivíduo capaz de refletir criticamente sobre a ação que desenvolve e que saiba o que fazer com o diagnóstico realizado durante as atividades. Isto implica compreender o cenário educativo em sua complexidade para além dos limites da disciplina e/ou área de atuação. Para tanto, é crucial a qualificação profissional e a formação continuada, mas não de acordo com as reais condições ofertadas a estes educadores que, em sua grande maioria, sugam-lhe as forças e os colocam nos limites da exaustão.

### **A educação especial na perspectiva da Educação Inclusiva: DRC/MT e BNCC**

A BNCC (Base Nacional Comum Curricular) faz parte da política nacional da Educação Básica em que se constitui em “contribuir para o alinhamento de outras políticas e ações” amparada no Plano Nacional de Educação (PNE) nos termos da Lei 13.005/2014, buscando o fortalecimento das esferas federal, estadual e municipal. Desta forma, busca efetivar a “formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação”. No entanto, não podemos negar que esta apresenta avanços e retrocessos que precisam ser identificados pelo educador, a fim de que possa redefinir suas ações.

Na perspectiva da igualdade de condições de aprendizagem a BNCC explicita a necessidade que os estudantes devem desenvolver e que suas singularidades devem ser consideradas e atendidas, bem como asseguradas não somente o ingresso no espaço escolar, mas durante sua permanência, ofertando-lhe com qualidade o direito ao aprender. Dessa forma a partir da BNCC a busca de possibilidades e de alternativas são ampliadas, contudo cabe ao docente diante dos desafios cotidianos, planejar suas ações, direcionar novos olhares e

romper com o processo de ensino linear. É necessário um olhar para além do desempenho, para a aprendizagem e para a inclusão dos alunos, pois de certa forma, este processo cumpre a função de socialização, de integração aos estudantes com deficiências (físicas, visual, auditiva, intelectual e múltipla), com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação. Isso porque a esses alunos, o acesso e permanência não podem ser negados, pois a educação inclusiva já é realidade no ensino regular, graças a grande parte, dos esforços dos educadores que defendem a qualidade deste atendimento.

De acordo com Sanches (2005) a educação inclusiva não se fará se não forem introduzidos na sala de aula instrumentos diferentes dos que têm vindo a ser utilizados. Nos dizeres de Sant’Ana (2005) esses recursos ganham importância na medida em que a orientação inclusiva implica um ensino adaptado às diferenças e às necessidades individuais. Desse modo, os educadores precisam estar habilitados para atuar de forma competente junto aos alunos nos vários níveis de ensino.

A educação especial na perspectiva da Educação Inclusiva na Educação Básica é inserida no DRC/MT não como uma possibilidade, mas sim como parte da rotina educacional no ensino público do Estado de Mato Grosso, tendo em vista que “implica repensar a escola em seu papel educacional e social, no sentido de assegurar a todos os estudantes, o direito ao desenvolvimento de competências que lhe assegurem o direito de aprender” (DRC/MT, 2018, p. 54). Na mesma direção o DRC/MT abarca os aspectos legais que orienta a Educação Especial e aponta que “na perspectiva inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras”. Para tanto a escola deve trabalhar os conhecimentos sistematizados, mas também este mesmo espaço deve proporcionar os processos de aprendizagem de acordo com as especificidades de cada estudante (DRC/MT, 2018, p. 55).

Versa ainda no documento que ao levar em consideração a diversidade educacional nas escolas, é necessário que os professores busquem formação, de forma constante, cujo objetivo se perpetue em sua atuação em sala de aula, sobretudo, não focar apenas na deficiência do estudante, “mas o tipo de mediação pedagógica, resposta educativa e de recursos e apoios que a escola disponibiliza para que este estudante obtenha sucesso escolar (DRC/MT, 2018, p. 55).

No estado de Mato Grosso a política para a Educação Especial Inclusiva conta com o apoio do Serviço Educacional Especializado, assim os alunos que apresenta o Laudo Médico de acordo com cada especificidade, contudo, cabe ressaltar que não basta estar descrita no

papel enquanto política educacional, enquanto garantia de direitos, são necessários esforços coletivos, tanto as instituições de ensino por meio da Secretaria de Estado de Educação do Estado de Mato Grosso enquanto mantenedora, quanto dos docentes que são os que mais possuem contato com os estudantes que necessitam dos serviços acima mencionados. Nesse viés, é de responsabilidade de todos a inclusão das pessoas com deficiências nos espaços sociais para que no exercício da coletividade desenvolvam e alcancem os objetivos e contribua na construção do conhecimento de cada estudante, reconhecendo a importância do planejamento e das intervenções pedagógicas como aliados a aprendizagem significativa.

## **A METODOLOGIA DO ENCONTRO FORMATIVO/SEMANA PEDAGÓGICA**

De acordo com o Informativo/2019 que aponta as orientações e as sugestões para a realização da Semana Pedagógica, as datas previstas foram de 04 de fevereiro a 08 de fevereiro, conforme já mencionado, no entanto a participação do CEFAPRO/Cáceres ocorreu somente nos dias 07 e 08 de fevereiro, a formação foi desenvolvida na Escola Estadual Deputado Francisco Rangel Torres, no município de Rio Branco/MT. Assim ressaltamos que o planejamento das temáticas foi pensado ao considerar as necessidades formativas solicitada pela Secretaria Municipal de Rio Branco e da rede Estadual de ensino. Nessa direção, os objetivos foram: Apresentar alguns aspectos da elaboração da Base Nacional Comum (BNCC); do Documento de Referência Curricular para Mato Grosso, juntamente com as concepções básicas para a educação básica no estado. Além disso, visava dialogar e refletir sobre os princípios que deverão constar na reelaboração do instrumento macro de planejamento da escola, o PPP e nos demais planos de ensino escolares, conforme consta nas orientações da SEDUC para a elaboração dos documentos oficiais que serão base do currículo na escola.

No primeiro momento realizamos a apresentação da ementa a ser trabalhado, assim como o objetivo da formação para os dias de estudo e reforçamos a real necessidade de compreendermos a BNCC, o Documento de Referência Curricular para Mato Grosso: Concepções para a educação Básica com foco aos princípios norteadores para a ação didática, a fim de entender a sua organização, como foi construída e de quais elementos estão compostos.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

As temáticas trabalhadas foram: Contextualização do processo de construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC); Guia de Implementação da BNCC; A BNCC e sua implementação na prática educativa; a articulação e o alinhamento dos princípios da BNCC com o currículo local; apresentação das Competências Gerais; reflexão sobre o sujeito nesse espaço de constituição do humano histórico na sua integralidade, num gesto democrático de pertencimento. Para tanto, apresentamos a parte introdutória do *Documento de Referência Curricular para Mato Grosso: Concepções para a educação Básica*, destacando partes e o reconhecimento dos princípios organizacionais envolvidos para subsidiar a reelaboração dos Projetos Pedagógicos das escolas; A organização do Documento de Referência Curricular para Mato Grosso e sua composição; Os princípios norteadores para a ação didática; A Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva na Educação Básica/BNCC; A importância do ato de planejar: diagnóstico, alinhamento, análise, seleção e avaliação.

Ao realizar a contextualização do processo de construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e da organização do Documento de Referência Curricular para Mato Grosso e sua composição, assim como para as demais temáticas reforçamos a relevância de conhecer e estudar estes documentos, alertamos para a importância de observar o cronograma e tentar se ajustar à realidade da rede, destacando a importância da intervenção crítica do educador no planejamento. Considerando que o começo do ano letivo de 2020 é o prazo final para que a BNCC esteja implementada em todas as salas de aula de todas escolas no contexto nacional, enfatizamos a necessidade de estudos e leituras sobre o documento.

Contudo destacamos que no segundo dia de formação iniciamos com a leitura do Poema “Tecendo a manhã” de autoria de João Cabral de Melo Neto e apontamos algumas percepções sobre o texto, especialmente em como este poema, na forma como o documento aborda, descontextualizado, chegando a ferir sua construção estética. Em seguida, realizamos a abordagem referente a “Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva na Educação Básica” como está na BNCC e como aparece nos Documentos de Referência para a educação básica de MT. Neste viés, ressaltamos que estes documentos podem contribuir e trazer para o grupo as reflexões questões importantes sobre a inclusão de pessoas com deficiência, mesmo com pouco ênfase, é necessário que o educador acampe a luta em prol das pessoas com deficiência e contribua para fazer valer seus direitos. A Educação Especial pensada na perspectiva da Educação Inclusiva é uma modalidade transversal, considerada como uma possibilidade de aprendizagem nas diferentes modalidades de ensino e sustentada nos princípios da ética e na construção sociocultural e histórica com justiça social. A inclusão das pessoas com deficiência em todos os espaços da sociedade, e na escola, em especial, acena para a projeção e

(83) 3322.3222

[contato@conedu.com.br](mailto:contato@conedu.com.br)

[www.conedu.com.br](http://www.conedu.com.br)

construção de espaços sociais que favoreçam a promoção de uma sociedade mais justa e inclusiva. No entanto, nos documentos oficiais curriculares, a Educação Especial, tal como está apresentada pelos dispositivos legais, a nível nacional e internacional torna-se um dos focos de estudos e *in lócus*. Portanto, nesta semana pedagógica, mesmo não estando na pauta de discussões solicitadas pelas escolas, buscamos enfatizar as reflexões voltadas atuação pedagógica com pessoas com deficiência, ressaltando que a prática não pode estar focada na deficiência do aluno, mas nas estratégias metodológicas planejadas, nos princípios norteadores da ação didática, nos recursos e apoio AEE (Atendimento Educacional Especializado) que a escola venha a disponibilizar para que o aluno consiga de fato atingir avanços nos objetivos de aprendizagens, independentemente de suas limitações.

Assim, ressaltamos a necessidade de ir construindo paulatinamente novas formas de organização curricular para alunos com deficiência, a fim de contribuir no desenvolvimento integral da criança previsto em um planejamento situacional, que, articulado ao currículo da escola, oferece recursos operacionais adequados para os professores da Educação Especial. Nesse espaço-tempo formativo junto aos professores foram feitas as abordagens dentro de uma contextualização histórica dos paradigmas da segregação, da exclusão, da integração e da inclusão, bem como apresentadas e debatidas formas de implementação e suplementação do ensino no processo da escolarização por meio das políticas educacional ofertadas, a nível nacionais e estaduais, com as garantias previstas em bases legais vigentes no país atualmente, dentre elas: Serviços de Atendimento Educacional Especializado (AEE); Classe Comum; Salas de Recursos Multifuncionais; Uso das Tecnologias; Comunicação alternativa.

A organização do atendimento educacional na educação básica sinaliza para a compreensão das diversidades humanas, dentre elas as deficiências, seja ela de qual ordem for. Considerando que as competências apresentadas pela BNCC apontam para a necessidade de se compreender e articular o trabalho pedagógico pelo viés da interdisciplinaridade, visando a mobilização dos conhecimentos, habilidades, atitudes e valores alicerçados nas vivências cotidianas das pessoas, acreditamos que devem ser respeitadas todos os indivíduos, independentemente de suas competências, habilidades e limitações.

Antes de finalizar o tempo para as discussões, distribuímos aos participantes uma ficha avaliativa com alguns itens, sendo eles: Conteúdos/temas abordados; recursos utilizados; distribuição do tempo para que pudessem tecer suas considerações. Quanto ao conteúdo a maioria dos participantes apontou que os conteúdos atenderam às expectativas e foram pertinentes e esclarecedores, ressaltaram ainda a importância dos estudos, mas que estes apesar de importantes apresenta um cenário complexo. Em relação aos recursos utilizados os

participantes apontaram que foram “satisfatórios e envolventes, utilizados de acordo com o ofertado pela escola para atender a demanda formativa, necessário para o desenvolvimento dos trabalhos e para um bom entendimento”. No que diz respeito ao fator da “distribuição do tempo”, a maioria dos participantes sinalizaram que o tempo foi bem distribuído, no entanto foi curto, um pouco corrido, mas bem aproveitado e consideraram que diante da necessidade de compreender a temática o tempo foi insuficiente, assim necessitam de mais tempo de formação para o entendimento das temáticas

Quando questionados se consideram que a formação contribuiu para o desempenho de suas funções como professor (a) e em quais aspectos, todos sinalizaram que a formação contribui de alguma forma, assim destacamos alguns apontamentos direcionados à educação especial:

Com certeza, a formação contribui com a prática docente na Educação inclusiva nos diferentes “tipos de deficiências dos educandos e nas mudanças que haverão na aplicação da BNCC.

Sim, nas questões da educação especial, nas dúvidas tiradas durante explicação, contribuiu também para o planejamento;

Sim, a formação esclareceu muitos aspectos da educação especializada, na compreensão da BNCC e na elaboração dos planejamentos;

Percebemos que os temas voltados à educação Inclusiva foi um dos mais apontados durante a avaliação, o que nos leva a crer a real necessidade de se trabalhar nos encontros formativos temas envolvendo a temática na perspectiva da educação inclusiva. Ao considerar às discussões na Semana Pedagógica os educadores participantes do encontro deixaram claro os anseios para se compreender o como planejar, o como desenvolver a sua prática pedagógica para contribuir efetivamente para a aprendizagem dos alunos com deficiência. Destacaram a urgência em relacionar os estudos formativos à prática docente, pois muitas vezes as reais necessidades educativas não estão inseridas nos debates e planejamentos por falta de conhecimento. Acreditamos que esta falha vem desde a formação inicial, portanto, é na formação continuada que os profissionais devem tentar preencher estas lacunas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao término destes apontamentos assinalamos que os participantes da formação demonstraram em sua grande maioria o desejo em obter mais conhecimento referente à BNCC, visto que durante a formação participaram de forma ativa, levantando questionamentos e apontando sugestões e ponto de vistas diferenciados sobre o documento.

Ficou claro que estão apreensivos quanto ao cumprimento do prazo para a implantação, pois o documento ainda requer estudos e reflexões que levem ao entendimento e as compreensões para apropriação e de fato possam planejar e colocar em prática, isso porque os momentos formativos são importantes para minimizar as lacunas da formação inicial, conforme destacaram os participantes da Semana Pedagógica. Porém, ressaltaram a insuficiência dos dias destinados à formação, visto que foi realizado nos dois últimos dias da semana (quinta e sexta-feira), isso porque é fato costumeiro os dois últimos dias ser destinados para a organização das salas para receberem os alunos.

Outro fator que não contribui para a elaboração do planejamento de forma coletiva é que a semana pedagógica ocorre logo no início do ano letivo, na mesma ocasião em que muitos professores ainda encontram-se no processo de contratação e atribuição de aulas, motivo para a não participação e planejamento de ações coletivas. Salientamos que esta é organização da SEDUC/MT que merece ser revista, pois acaba impedindo que todos os docentes tenham a oportunidade de participar da semana pedagógica. Outrossim os participantes destacaram o distanciamento entre a política de ensino da rede municipal e estadual, bem como seus descontentamentos, por tratar de uma política que se diz democrática e que, portanto, é necessário equidade.

Acreditamos que o CEFAPRO, tem um papel relevante para os momentos de formação no município, a fim de contribuir no planejamento de estratégias pedagógicas que contemplem as necessidades formativas dos professores da educação básica das redes municipal e estadual. Esta parceria entre escola e Centro de Formação pode somar conhecimentos para que seja pensado um planejamento de ensino com vistas à efetivação das garantias dos direitos à aprendizagem, aproximando as ações didáticas para as competências e habilidades propostas no documento de referência curricular para o estado de Mato Grosso, pois contribui para o fortalecimento das ações no âmbito escolar.

Consideramos que com a apropriação dos conhecimentos proporcionados pelos documentos oficiais discutidos somados à competência do educador ao crescer seu conhecimento do contexto em que trabalha e os saberes dos educandos que atende, poderá melhorar significativamente os índices de aprendizagem e fomentar novas possibilidades de estratégias pedagógicas à prática educativa, especialmente no que tange à educação das pessoas com deficiência, de forma que articule e alinhe os princípios da BNCC ao currículo local, considerando a diversidade.

É pertinente destacar que a temática referente à Educação Especial na perspectiva da inclusão não é uma das temáticas sugerida para a Semana Pedagógica, mas que deve

(83) 3322.3222

[contato@conedu.com.br](mailto:contato@conedu.com.br)

[www.conedu.com.br](http://www.conedu.com.br)

urgentemente ser pauta de estudos e discussões entre os educadores por tratar-se de um assunto delicado que preocupa os educadores pela falta de conhecimento e dificuldade de atendimento para que, realmente, aconteça a inclusão e atenda às necessidades específicas destes educandos. A temática, portanto, foi apresentada como está no DRC/MT, respeitando a política de inclusão das pessoas com deficiência e seus direitos defendidos pela Constituição Federal. Quando realizamos a avaliação do encontro formativo foi possível perceber nas respostas dos participantes a necessidade desta discussão, respeitando os limites e tempos de aprendizagens, pois os educadores, em sua grande maioria, encontram-se despreparados para esta demanda que a cada dia torna-se mais contundente nos espaços escolares. Para tanto, reforçamos a necessidade de aprimoramento das questões referentes ao ensino das pessoas com deficiência na formação do educador, haja vista que requer estratégias diferenciadas e cuidados para não reforçar os estereótipos e preconceitos.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Brasília:MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.

BRASIL. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 2017.

BRASIL. **Lei Nº. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 2017.

BRASIL (1994). **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE.

MATO GROSSO. **Documento de referência curricular para Mato Grosso: Concepções para Educação Básica**. Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso. Cuiabá. 2018.

FUSARI, José Cerchi. **O planejamento do trabalho pedagógico: algumas indagações e tentativas de respostas**.

MENEGOLLA, Maximiliano. SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que planejar? Como planejar?** 10ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

SANCHES, Isabel (2005). **Compreender, agir, mudar, incluir. Da investigação-acção à educação inclusiva**. *Revista Lusófona de Educação*, 5, pp. 127-142.

SANT'ANA, I. M. (2005). **Educação inclusiva: concepções de pro-fessores e diretores**. *Psicologia em Estudo*, 10, 227 - 234.